



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
Procuradoria-Geral de Contas

RECOMENDAÇÃO Nº 25 /2019/MPC – PG

Manaus, 07 de março de 2019.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS**, pelos procuradores signatários, no regular exercício de suas atribuições institucionais junto ao Tribunal de Contas do Estado, sem prejuízo da competência reservada ao colegiado deste, e na guarda da ordem jurídica, na feição preventiva;

CONSIDERANDO a competência desta Coordenadoria de Transparência Orçamentária, Acesso à Informação e Controle Interno, regulamentada pela Portaria n. 04/2015 da Procuradoria-Geral do Ministério Público de Contas;

CONSIDERANDO que a recomendação do Ministério Público é instrumento de atuação extrajudicial, dirigida ao Poder Público em geral, “visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito, aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis”, conforme artigo 6º, XX, da LC nº 75/93, artigo 27, § único, inciso IV, da Lei 8.625/93 e artigo 118, da Lei Estadual 2.423/1996;

CONSIDERANDO o Plano de Trabalho da Controladoria Geral do Estado do Amazonas-CGE, período 2019 a 2022, enviado a esta Corte de Contas como cumprimento dos esforços para a regulamentação e aprimoramento do Sistema de Controle Interno Estadual.

CONSIDERANDO demonstrar o mencionado plano possuir a CGE, dentre outras, as seguintes carências: **estruturação interna como órgão central do Sistema de Controle Interno, controle interno em toda a administração pública, efetividade e eficiência das ações, padronização de procedimentos, ambiente de trabalho, formação e qualificação de pessoal, sistema informatizado, equilíbrio fiscal,**

CGE

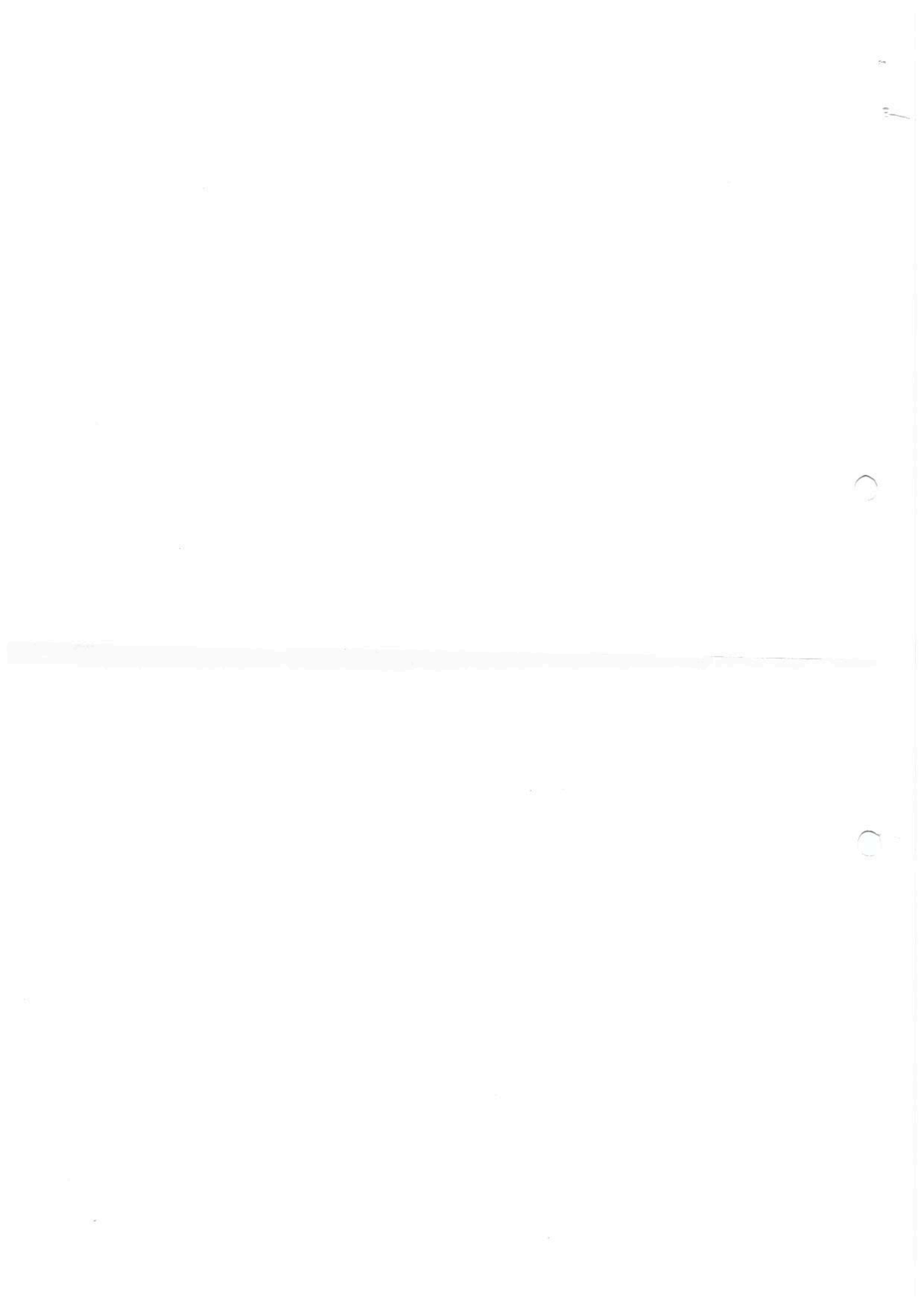
Excelentíssimo Senhor
Wilson Miranda Lima
Governador do Estado do Amazonas
Av. Brasil, s/nº, Compensa II – CEP: 69036-110

Ministério Público de Contas do Amazonas
Av. Efigênio Sales, 1155, PQ 10 - CEP: 69055-736 Manaus/AM-Tel./Fax: 92-3301-8132

Recebido em 07/03/19
às 13:44hs

[Assinatura]

1/3
Valdemar Caldas de Jesus
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral
Mat. 0010510A





MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
Procuradoria-Geral de Contas

CONSIDERANDO que essas irregularidades contrariam o disposto na Resolução nº 09/2016 e, portanto, impedem um funcionamento adequado do Sistema de Controle Interno;

CONSIDERANDO informar o Plano de Trabalho da CGE que o Sistema de Controle Interno do Amazonas pretende ser estruturado no conceito de gestão em rede e governo eletrônico, compreendendo as perspectivas: **Compreensão da dinâmica da sociedade e as demandas dos cidadãos, formulação das ações com ênfase no Governo Digital, eficiência na execução das ações e monitoramento e avaliação da efetividade das ações e da governança eletrônica.**

CONSIDERANDO os objetivos estratégicos previstos para o Sistema de Controle Interno estadual: **garantir a efetividade das políticas públicas, estimular a capacidade de inovação do Governo, melhorar a produtividade e a qualidade dos serviços públicos e do gasto público, ampliar a integração intragovernamental, incentivar o uso de recursos tecnológicos e o Governo Eletrônico e garantir a transparência, o acesso à informação e o controle social das ações do Governo.**

CONSIDERANDO os objetivos estratégicos previstos para o ajuste, equilíbrio fiscal e sustentabilidade: **programa de ajuste fiscal do Amazonas e integração com a Secretaria de Estado da Fazenda, programa de sustentabilidade fiscal do Amazonas e medidas legislativas essenciais.**

CONSIDERANDO os objetivos estratégicos previstos para a estruturação da Controladoria Geral do Estado: **criar as bases para a implantação do Sistema de Controle Interno, implementar o Sistema de Controle Interno no Amazonas, Avançar na transparência, no acesso à informação e no controle social das ações de Governo, elaborar o conjunto de medidas de política essenciais ao Sistema de Controle Interno e implementar as medidas de política aprovadas.**

CONSIDERANDO o cronograma previsto para a execução das medidas sugeridas no Plano de Trabalho da Controladoria Geral do Estado do Amazonas.

Este Ministério Público **RECOMENDA** ao Excelentíssimo Governador do Estado do Amazonas **Wilson Miranda Lima** adotar, no intuito de estruturar e aprimorar o

Excelentíssimo Senhor
Wilson Miranda Lima
Governador do Estado do Amazonas
Av. Brasil, s/nº, Compensa II – CEP: 69036-110





MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
Procuradoria-Geral de Contas

funcionamento do Sistema de Controle Interno Estadual, as medidas necessárias para a correta e eficiente implantação do Plano de Trabalho apresentado pela Controladoria Geral do Estado. Ato contínuo, em havendo discordância deste Governo ao referido Plano de Trabalho, de modo parcial ou total, solicitamos detalhamento e justificativas quanto à negativa.

Fica sugerido o prazo de **15 (quinze) dias** para que sejam informadas as providências possivelmente adotadas em relação à presente Recomendação.

João Barroso de Souza
Procurador-Geral de Contas

Evelyn Freire de Carvalho
Subprocuradora Geral de Contas
Coordenadoria de Transparência Orçamentária
Acesso à Informação e Controle Interno

Excelentíssimo Senhor
Wilson Miranda Lima
Governador do Estado do Amazonas
Av. Brasil, s/nº, Compensa II – CEP: 69036-110

Ministério Público de Contas do Amazonas
Av. Efigênio Sales, 1155, PQ 10 - CEP: 69055-736 Manaus/AM-Tel./Fax: 92-3301-8132

()

()

ARQUIVE-SE
DATA: 07 / 03 / 19
Rubrica: 